

OS DETERMINANTES DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA SOB UMA ABORDAGEM ESTRUTURALISTA: UM ESTUDO DE CASO PARA O BRASIL

Maria Araujo Parreiras

RESUMO

O presente texto expõe, como contraponto à visão dominante nos estudos sobre pobreza e desigualdade, as idéias da corrente de pensamento estruturalista. Tal escolha se deve ao fato de que o estudo da distribuição de renda nos países da América Latina, feito por essa corrente, leva em conta as peculiaridades das economias da região. Para que se analise a pertinência das idéias estruturalistas, a economia brasileira será usada como estudo de caso. A análise empírica será feita com o uso do instrumental apresentado no trabalho de Lopez (2004), que propõe um modelo para analisar os determinantes da distribuição de renda nas economias latino-americanas.

I. INTRODUÇÃO

A desigualdade de renda nas economias da América Latina é um fenômeno que tem raízes na formação econômica dos países da região. No caso brasileiro, em particular, desde o período colonial, com a distribuição das capitânicas hereditárias, a posse da terra é extremamente concentrada. Além disso, a maior parte da economia foi durante alguns séculos movida por trabalho escravo. Mesmo com a abolição da escravidão, os trabalhadores que se tornaram livres se viram desprovidos de qualquer fonte de renda, que não sua força de trabalho. Ao mesmo tempo, estes indivíduos sofreram a concorrência, na disputa por empregos, da mão-de-obra imigrante, supostamente mais qualificada, tornando-se socialmente marginalizados. Mesmo após industrializar-se, superando o atraso econômico-produtivo, o país não conseguiu superar esta marca, que possui há alguns séculos, que é a de apresentar uma distribuição de renda altamente concentrada.

Desta forma, ainda em nossos dias esse atraso não foi superado e o Brasil pode ser considerado a sociedade de renda média com a mais alta desigualdade de renda do mundo. Ao analisar os dados relativos à distribuição de renda no país na última década do século XX e nos primeiros anos do século atual, notamos que estes se mantêm em níveis extremamente elevados, sem que se perceba algum sinal de uma reversão significativa e sustentada desta situação. Reversão essa que pode ser considerada como um dos principais desafios a serem enfrentados pelo país.

Diante desse quadro, surgem inúmeras propostas para reduzir a elevada injustiça social brasileira, sendo cada vez menor o grau de tolerância com relação à pobreza e à desigualdade. A corrente predominante nos estudos sobre pobreza e distribuição de renda –

representada nos estudos do Banco Mundial sobre países e, no Brasil, desenvolvida principalmente pelas pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA¹ – acredita que a distribuição pessoal da renda depende essencialmente da dotação individual de recursos – como destaque para os educacionais – e de sua taxa de retorno determinada pelo mercado. Partindo da visão neoclássica convencional, crêem que a dotação de capital humano por trabalhador determina seu nível de produtividade e, portanto, sua remuneração. Assim, a elevação do nível de escolaridade seria a base para elevar a remuneração dos trabalhadores menos qualificados e reduzir as desigualdades no país.

O objetivo do presente texto é apresentar, como contraponto à visão dominante, as idéias de outra corrente de pensamento, que leva em conta, ao analisar os determinantes da distribuição de renda, as peculiaridades das economias latino-americanas. A economia brasileira será usada como estudo de caso, para que se analise a pertinência de tais idéias nos estudos aplicados às outras economias da região.

Seguindo uma tradição estruturalista, a corrente teórica que estará sendo apresentada mostra que a abordagem dominante se revela limitada ao não incorporar como fatores explicativos da questão distributiva as diferenças nacionais nas estruturas produtivas, no grau de desenvolvimento e nas instituições. Os autores estruturalistas afirmam ser fundamental que sejam incorporadas, no estudo da distribuição de renda em economias atrasadas, as peculiaridades destas economias, tais como: a heterogeneidade estrutural e das ocupações; a existência de um enorme excedente de mão-de-obra; a importância do salário mínimo institucional etc. Estas questões serão apresentadas, resumidamente, na próxima seção, para que possamos compreender quais as interpretações da corrente estruturalista acerca das questões distributivas.

A terceira seção apresenta uma análise teórico-formal, para que possa ser feita, na seção seguinte, a análise empírica. O trabalho do mexicano Julio Lopez (2004), de inspiração estruturalista, que analisa os determinantes da distribuição de renda em economias “semi-industrializadas” como as latino-americanas, será usado como modelo para a análise do caso brasileiro, no período compreendido entre os anos de 1992 e 2002.

Assim, na quarta seção, após serem destacadas as especificidades da distribuição pessoal de renda brasileira, será analisada a evolução do índice anteriormente apresentado e dos determinantes da distribuição de renda – expostos no modelo de Lopez (2004) – para que se possa verificar se o mesmo pode ser aplicado ao caso brasileiro.

¹ A esse respeito ver, por exemplo, Barros e Mendonça (1995).

II. A ABORDAGEM ESTRUTURALISTA

A análise dos padrões de distribuição de renda na economia brasileira, seguindo a tradição estruturalista, busca compreender a persistência de elevados níveis de pobreza e desigualdade no Brasil, mesmo após o país ter intensificado seu grau de desenvolvimento industrial, aproximando-se daquele encontrado nos países mais desenvolvidos.

Para que seja possível entender a configuração dos padrões distributivos e do alto nível de pobreza nas economias atrasadas, deve ser estabelecida uma relação entre o expressivo excedente de mão-de-obra, característico de tais economias, e a formação dos salários nas mesmas.

II.1 Formação dos Salários em Economias Atrasadas: A Análise Pioneira de Lewis

Arthur Lewis (1954, *apud* Souza, 1999: 82) foi o primeiro autor a construir uma teoria da formação dos salários em economias atrasadas. Sua hipótese central é que o salário mínimo pago pelo setor capitalista em expansão é determinado pelo que se pode receber fora deste setor.

Para justificar sua hipótese Lewis (1963: 340-1, *apud* Souza, 1999) afirma que os “homens não abandonarão seus campos familiares para buscar ocupação se o salário tem menos valor do que poderiam consumir ficando em suas casas. (...) As rendas do setor de subsistência estabelecem um mínimo para os salários do setor capitalista, mas, na prática, os salários têm que ser superiores (...)” Como as economias atrasadas possuem como traço característico elevado nível de desemprego e de emprego precário fora do setor capitalista, o excedente de mão-de-obra influiria nos salários ao permitir oferta elástica de trabalho ao nível de vida de subsistência do campo – ou do setor informal urbano.

II.2 Outras Interpretações

Mesmo incorporando a contribuição de Lewis de introduzir a “oferta ilimitada de mão-de-obra” como importante peculiaridade das economias atrasadas, outros autores consideram falha sua hipótese e buscam novas explicações para a determinação dos salários nestas economias. Segundo Baltar (1985), a proposta sugerida por Lewis é simplista diante das muitas características particulares à mão-de-obra em tais economias. O autor acredita ser necessário estudar o modo com que a heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho se reproduz com o desenvolvimento do capitalismo e quais são as implicações para a determinação do padrão salarial.

Indo nessa direção, Tavares (1986) analisa o que chama de “problema dos mercados de trabalho em economias atrasadas com estruturas industriais avançadas”. Segundo a autora, numa economia atrasada, mas na qual o capital industrial já é dominante no movimento de acumulação, podemos definir a taxa de salários de base como a remuneração ao trabalho direto não qualificado na indústria. E o valor nominal dessa taxa de salários, vigente em todo o núcleo capitalista da economia, é determinado pela negociação entre trabalhadores e empresários – seja esta mediada ou não pelo estado².

Para explicar a compatibilidade entre a existência de uma taxa de salários de base e a persistência de grandes disparidades entre as remunerações, Tavares (1986: 14) afirma que as empresas se organizam em mercados de trabalho externos e internos. Nos primeiros participam todas as empresas capitalistas. Enquanto as menores utilizam este mercado para satisfazer todas suas necessidades de mão-de-obra; as grandes empresas somente recrutam no mesmo os trabalhadores pouco qualificados. A taxa de salários prevalecente nesse mercado é a taxa base da economia, comum a todas as indústrias e a todas as empresas.

Por outro lado, as grandes empresas operam também com mercados internos de trabalho. A organização em grande escala do processo de trabalho exige uma divisão funcional interna à grande empresa, que implica a constituição de carreiras burocratizadas e hierarquizadas. Para a cobertura dos postos situados dentro das escalas hierárquicas, o recrutamento se faz entre os trabalhadores da própria empresa. As condições de funcionamento e os salários nesses mercados guardam escassa relação com as condições gerais do mercado de trabalho. Neste último, as condições de oferta de mão-de-obra são criadas pela dinâmica do sistema capitalista, sem a possibilidade de oferecer emprego produtivo para a população marginal.

A população marginal é composta por um exército de desempregados ou subempregados – que encontram ocupações no setor rural atrasado, ou no setor informal urbano – e vive, em sua imensa maioria, em condições de vida inferiores mesmo às daqueles que recebem o salário de base do núcleo capitalista da economia.

² O tipo mais comum de intervenção estatal é a imposição de um salário mínimo, cuja importância na determinação da taxa de salários da economia e na conformação das rendas do trabalho não-qualificado não pode ser relevada, principalmente em sociedades de rápida industrialização e grande heterogeneidade produtiva, como as latino-americanas. Nessas economias, sindicatos sem autonomia e descentralizados tornaram ainda maior a relevância do mínimo como uma referência ao valor da força de trabalho de baixa qualificação. A importância do salário mínimo como determinante do perfil da distribuição de renda de um país será vista com mais detalhes na quarta seção.

Por outro lado, o excedente de mão-de-obra, formado por essa parcela da população, influencia diretamente o funcionamento do mercado geral de trabalho, impedindo que o salário seja determinado pelo equilíbrio entre a oferta e a demanda por mão-de-obra e influenciando o poder de barganha da classe assalariada – ao tornar o fator trabalho um bem não-escasso e, portanto, barato.

Assim se explica a razão pela qual a taxa de salários em uma economia como a brasileira se situa sempre em patamares tão mais baixos que os de economias desenvolvidas. Neste ponto, a contribuição de Lewis é extremamente relevante, pois a “oferta ilimitada de mão-de-obra” torna possível que seja estabelecido um diferencial extremamente elevado entre as remunerações dos que recebem o piso salarial e as de outros que ocupam posições privilegiadas na estrutura de empregos do núcleo capitalista do sistema.

III. INTERPRETANDO ALTERAÇÕES NO PADRÃO DISTRIBUTIVO

Esta seção tem como objetivo desenvolver uma base teórica para que possa ser feito o estudo de caso para o Brasil nos anos de 1992 a 2002. Tendo como base os estudos do autor mexicano Julio Lopez³, será apresentado um modelo que analisa os determinantes da distribuição pessoal da renda em economias “semi-industrializadas” como as latino-americanas.

Lopez (2004), resgatando a tradição estruturalista, propõe um esquema conceitual para estudar como a estrutura econômica, as instituições e condições macroeconômicas determinam a distribuição de renda. A motivação do autor, ao desenvolver esse esquema, é entender por que a concentração de renda na América Latina é tão alta, mesmo quando comparada a outros países em desenvolvimento; além de encontrar medidas para redistribuir a renda.

O pressuposto básico do autor é que a distribuição de renda em países semi-industrializados depende de quatro fatores principais⁴, quais sejam: a participação relativa do emprego formal no emprego total; a participação da população urbana efetivamente desempregada – que não está incluída nem no setor formal e tampouco no informal – na população total; a renda relativa dos capitalistas *vis-à-vis* a dos trabalhadores e, finalmente, os preços relativos da agricultura – ou melhor, a relação de troca agricultura-indústria.

³ LOPEZ, J. Income Distribution in Latin America, 2004 (mimeo).

⁴ Pressuposto esse que, em seu trabalho, Lopez (2004) busca provar para o caso mexicano.

III.1 Uma estrutura teórica alternativa

O primeiro passo é a construção de um “índice de concentração”, que representa a renda per capita dos 10% mais ricos (I_r) dividida pela renda per capita dos 70% mais pobres (I_p): $C = I_r/I_p$.

Em I_r estão incluídas, além das rendas dos capitalistas, as dos gerentes, executivos, profissionais assalariados de alta qualificação, auto-empregados de categorias mais elevadas e ricos agricultores. Já em I_p estão os assalariados urbanos, trabalhadores informais urbanos, desempregados urbanos e pequenos produtores rurais.

Levando em conta que a renda per capita dos assalariados urbanos é a mais alta dentre as cinco categorias da classe mais pobre, Lopez agrupa as outras quatro categorias. Outro fator levado em consideração é que a renda per capita dos “capitalistas” urbanos varia positivamente com o nível de emprego dos assalariados urbanos. Assim, o índice pode ser construído da seguinte forma:

$$C = k.K(s) + a.A / s.S + (1-s)D,$$

onde K e A são as rendas per capita dos “capitalistas” urbanos e dos ricos agricultores, respectivamente, k e a são as ponderações, que representam a proporção de cada uma dessas categorias no total dos 10% mais ricos da população; enquanto que S e D representam, respectivamente, as rendas per capita dos assalariados urbanos e dos demais indivíduos que se encontram entre os 70% mais pobres e s , a proporção dos assalariados urbanos na população de baixa renda.

III.2 Analisando o índice

Lopez, ao analisar o índice por ele construído, consegue estabelecer relações entre alterações na distribuição de renda e mudanças nos quatro fatores já citados no começo desta seção:

1. Com relação à participação relativa do emprego formal no emprego total dos 70% mais pobres (s), pode ser mostrado que essa possui uma correlação negativa com a concentração de renda (C), se a renda per capita dos trabalhadores formais urbanos (S) for suficientemente alta quando comparada à renda per capita do restante da população

pertencente a estes 70% (**D**), o que se aplica aos países latino-americanos. Ou seja, quando esta condição se verifica, pode-se dizer que $\partial C/\partial s < 0$.⁵

2. Um aumento na participação da população urbana efetivamente desempregada, por razões óbvias, aumenta a concentração de renda: $\partial C/\partial u > 0$.

3. A razão salário-lucro ou o percentual dos salários no valor agregado também afeta o perfil da concentração de renda. No entanto, a análise desta correlação tem que ser feita diferenciando os setores rural e urbano.

Um aumento dos salários no campo *vis-à-vis* à renda dos grandes proprietários rurais, aumenta a renda per capita da parcela dos pobres que não inclui os assalariados urbanos, diminuindo a concentração de renda (**C**); este aumento de salários aumenta também a demanda por produtos industriais, diminuindo o desemprego urbano e também a concentração de renda (**C**). Temos, portanto, que $\partial C/\partial W < 0$.

Para analisar o caso do setor urbano, o índice pode ser reescrito da seguinte forma:

$$C = [k.(K/S) + a.(A/S)] / [s + (1-s).(D/S)]$$

Mantendo os outros fatores constantes, um aumento da razão salário-lucro (redução de **K/S**), diminui a concentração de renda: $\partial C/\partial (S/K) < 0$. Porém, no mundo real, os outros fatores não se mantêm constantes e, então, não necessariamente essa correlação negativa se verificará.⁶ Sendo assim, apesar de provavelmente possuírem correlação negativa, o efeito de uma variação em **S/K** sobre a concentração de renda é incerto.

4. Finalmente, em relação à razão entre preços agrícolas e não-agrícolas, Lopez conclui que este fator tem efeito ambíguo sobre a concentração de renda. Isto acontece pois um aumento dos preços agrícolas beneficia os pequenos produtores agrícolas como vendedores, mas simultaneamente piora sua renda real como consumidores. No entanto, supõe-se que o efeito líquido é um aumento da renda real destes agricultores. Apesar do efeito líquido ser supostamente positivo, há uma deterioração na renda real dos outros grupos da parcela pobre da população.

⁵ O aumento do emprego formal urbano reduz a concentração de renda, pois: aumenta a renda média dos mais pobres, aumenta o poder de barganha dos assalariados – e assim os aumentos salariais podem ocorrer em proporção maior que os aumentos nos lucros, e os trabalhadores informais urbanos obterão um aumento na demanda por seus produtos.

⁶ Por exemplo, se um aumento dos salários dos trabalhadores urbanos formais resultar em um aumento de preços e, mesmo que este ocorra de forma a gerar um aumento dos lucros em proporção menor que o aumento dos salários (havendo um aumento em **S/K**), haverá queda nos salários reais dos trabalhadores informais e agrícolas, podendo aumentar a concentração de renda. No entanto, este aumento é menos

IV. A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL DE 1992 A 2002

Esta seção busca analisar as alterações no perfil distributivo brasileiro no período recente. Será utilizado o índice proposto por Julio Lopez (2004) para estudar a distribuição de renda nos países latino-americanos, apresentado na seção anterior. Para analisar a evolução do índice no Brasil, serão utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992 a 2002.⁷ O ano de 1992 é escolhido como marco inicial da análise, pois até então a metodologia usada na PNAD era distinta⁸, o que pode prejudicar as comparações do nível de concentração da renda no período em questão com o observado nos anos anteriores.

Antes de ser apresentada a evolução do índice no período e de serem analisados os possíveis fatores que influenciaram suas variações, é importante entender o porquê da escolha de tal índice para o estudo das alterações na concentração de renda no Brasil, objeto da próxima subseção.

IV.1 – Peculiaridades na Distribuição de Renda Brasileira

A escolha do índice C para estudar a evolução da concentração da renda no Brasil⁹ decorre de uma peculiaridade brasileira – e de economias subdesenvolvidas, em geral – que é a de possuir uma enorme proporção da população recebendo uma renda inferior à renda média do país. Em setembro de 2002, enquanto a renda domiciliar per capita brasileira era R\$ 383,00, os 70% mais pobres da população recebiam uma renda per capita inferior a 335 reais. Essa parcela da população, apesar de possuir muitos indivíduos considerados como não-pobres, por se encontrarem acima de uma determinada linha de pobreza, em sua maioria ainda não tem condições de vida dignas e, muitas vezes, carece de mecanismos de proteção social, tais como um sistema público de saúde e educação de qualidade, benefícios previdenciários como aposentadorias e pensões etc. Além disso, grande parte desses indivíduos – que estão entre os 70% mais pobres do país – não tem acesso ao mercado de trabalho organizado, não fazendo parte do núcleo capitalista da economia, possuindo, em geral, ocupações precárias.

provável que uma redução na concentração. No setor rural isso não ocorre, pois um aumento nos salários rurais não resulta em aumento no preço dos produtos agrícolas.

⁷ No período em questão, a PNAD só não foi realizada nos anos de 1994 e 2000.

⁸ “... o conceito de pessoa ocupada nas PNADs a partir de 1992 é bastante abrangente, incluindo pessoas não-remuneradas que tivessem certos tipos de atividade pelo menos *uma hora por semana*. Nas PNADs anteriores a 1992 esse limite era de 15 horas por semana.” (Hoffmann, 2000: 82) Grifo do autor.

A gritante assimetria da distribuição de renda brasileira pode ser ainda mais destacada quando comparamos a renda apropriada pelo 1% mais rico da população, com a dos primeiros décimos. Ao fazer esta comparação, podemos constatar que os 50% mais pobres apropriam uma menor parcela da renda que o 1% mais rico.¹⁰ Isto sem contar o fato de a PNAD não conseguir captar a real dimensão da desigualdade brasileira, pela subestimação das rendas mais elevadas, cuja principal causa é a sua subdeclaração. É por esses motivos resumidamente destacados que acreditamos que o índice C é mais adequado para analisar a evolução da concentração da renda que outros índices similares em sua construção (como 10+/40- ou 20+/20-).

Um estudo de Waldir Quadros e Alexandre Maia¹¹, que analisa a “evolução das classes sociais no Brasil contemporâneo”, mostra a estrutura sócio-ocupacional brasileira no ano de 2002 e a estratificação desta estrutura em seis níveis de rendimentos familiares per capita mensais,¹² com as seguintes linhas de corte: nível superior, com renda per capita acima de R\$ 1.515; nível médio, entre R\$ 758 e R\$ 1.515; nível baixo, entre R\$ 303 e R\$ 758; nível inferior, entre R\$ 152 e R\$ 303; nível ínfimo, entre R\$ 76 e R\$ 152; e indigente, abaixo de R\$ 76. Os dois primeiros níveis englobam 11,06% da população, ou seja, podem representar, aproximadamente, o numerador do índice C. Enquanto os três últimos podem representar, também por aproximação, o denominador do mesmo, já que englobam 66,68% da população.¹³

Com base na metodologia de Quadros (2004), apresentaremos como o índice se decompõe em categorias sócio-ocupacionais, de forma similar ao que foi feito por Lopez (2004) para analisar o caso mexicano. O autor mostra que os estratos mais ricos da população brasileira são compostos, majoritariamente, por indivíduos sem ocupação e com renda, pequenos e “grandes” proprietários empregadores (que empregam, respectivamente,

⁹ A partir de agora, quando mencionarmos o índice C, estaremos nos referindo ao índice apresentado na seção anterior: C = renda média dos 10% mais ricos / renda média dos 70% mais pobres.

¹⁰ Segundo dados da PNAD, enquanto os 50% mais pobres apropriavam, em 2002, 12,9% da renda brasileira, o 1% mais rico apropriava 13,5%. Esta superioridade ocorreu durante todo o período que está sendo estudado.

¹¹ Quadros (2004); Quadros e Maia (2004).

¹² Os autores usam o conceito de “família domiciliar” e cada família é classificada segundo o membro mais bem ocupado na estrutura ocupacional individual, seja ele chefe da família, ou não.

¹³ Na metodologia de Quadros esses três níveis, que se encontram na base da pirâmide distributiva, recebem uma renda familiar per capita de até R\$ 303, ao passo que os sete primeiros décimos da distribuição recebem até R\$ 335. Com relação aos níveis superior e médio, o piso de sua renda é de R\$ 758, enquanto os 10% mais ricos recebem no mínimo R\$ 815. É importante lembrar que os valores apresentados nesta tabela têm como base setembro de 2002, enquanto Quadros usa como base o mês de janeiro de 2004 (a variação do INPC nesse período foi de 20,04%).

menos que dez trabalhadores e dez ou mais) e pela classe média autônoma e assalariada, sendo este último o grupo de maior peso nesta parcela da população.

Já dos estratos mais pobres, que englobam quase 70% da população brasileira, fazem parte: a classe média assalariada, os trabalhadores autônomos, os assalariados e os domésticos, os pequenos agricultores familiares (proprietários agrícolas por conta própria), os trabalhadores agrícolas em outras ocupações e ainda aqueles sem ocupação, com e sem renda. Nesse grande grupo, a categoria sócio-ocupacional dos trabalhadores assalariados é a que tem maior importância relativa, seguida pela classe média assalariada e pelos trabalhadores autônomos. A população rural – composta por pequenos agricultores familiares e outras ocupações agrícolas –, por aparecer com grande expressividade no nível indigente, ocupando 29% da população deste estrato, deve receber especial atenção nos estudos a respeito da distribuição de renda.

Depois de termos analisado o índice **C** em termos dos grupos sócio-ocupacionais, por estratos de renda, podemos saber quem são os indivíduos afetados pelas alterações no perfil distributivo, compreender assim melhor os fatores que podem influir nestas alterações, e perceber quais medidas devem ser tomadas para reduzir as enormes assimetrias na distribuição de renda que foram mencionadas nesta seção.

IV.2 – Variações na Concentração da Renda e em Seus Determinantes

Passemos, então, à análise de como evoluiu o índice em questão. Apesar das recorrentes afirmações de que na década de 90 a desigualdade no país pouco se alterou, podemos constatar que houve um aumento na concentração de renda quando analisamos a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 70% mais pobres. Como pode ser observado na Tabela I, enquanto o valor deste índice era 11,8 em 1992, ao final do período estudado atingia a magnitude de 12,5. Apesar do aumento não ter sido muito expressivo, podemos observar que entre os anos de 1992 e 1993 o índice teve uma variação maior, sendo que os maiores valores verificados no período analisado são encontrados entre este último ano e o de 1998, havendo depois uma ligeira redução.

Tabela I – Porcentagem da renda apropriada pelos diferentes estratos sociais no Brasil*

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
70%-	27,1	25,4	25,4	25,3	25,3	25,4	25,8	25,8	26,3
10%+	45,8	48,6	47,9	47,6	47,7	47,9	47,4	47,6	47,1
C = 10+/70- (média)	11,8	13,4	13,2	13,2	13,2	13,2	12,8	12,9	12,5

Fonte: Elaborado pelo IETS com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

*Renda Real Domiciliar Per Capita. Valores expressos em Reais de setembro de 2002.

Feitas essas observações sobre as mudanças no nível de concentração da renda no período em questão, devemos entender por que seu movimento se deu no sentido observado. Para tanto, serão analisados os quatro fatores que Lopez (2004) afirmou serem os principais responsáveis pelas alterações na distribuição da renda em países “semi-industrializados”: o grau de informalidade, a taxa de desemprego, a participação dos salários na renda e a relação de trocas entre a agricultura e a indústria. Dessa forma, verificaremos se é possível explicar o movimento no grau de concentração pelo movimento desses fatores, comprovando os argumentos de Lopez, para o caso brasileiro.

IV.2.1 Analisando as Mudanças nos Determinantes da Distribuição de Renda

Podemos atribuir as causas do aumento da concentração de renda verificado no período a fatores como: aumento no nível de informalidade no país e, principalmente, em suas regiões metropolitanas¹⁴; aumento das taxas de desemprego e queda da participação dos rendimentos do trabalho no total do PIB, como observado nas tabelas a seguir. Houve também um aumento nos preços relativos dos produtos agrícolas, que pode, por um lado, ter beneficiado as rendas reais dos trabalhadores no campo e, de outro, ter reduzido o poder de compra dos salários urbanos.¹⁵

¹⁴ O nível de informalidade nas regiões metropolitanas passou de 38,3% em 1992 a 45% em 2002.

¹⁵ Como já foi observado, não se pode determinar qual o resultado líquido de uma variação na relação de trocas agricultura/indústria sobre a concentração da renda. No caso da evolução do preço relativo dos alimentos no Brasil, fica ainda mais difícil analisar sua influência sobre a concentração de renda, por não possuímos um índice desagregado para o preço dos alimentos para o mercado interno e para a exportação. Dessa forma, a melhora relativa nos preços para a agricultura, pode ter ocorrido em favor dos alimentos que são exportados, o que não beneficiaria os pequenos agricultores que produzem para o mercado interno e tampouco prejudicaria a renda real dos assalariados na cidade. Portanto, a influência desse fator sobre a distribuição de renda não será analisada nesta seção, por não possuímos um índice adequado.

Tabela II – Nível de Informalidade no Brasil*

1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
51,9	52,7	52,7	52,6	52,7	53,0	53,5	52,5	52,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1992 a 2002.

* (trabalhadores sem carteira + conta-própria) / (trabalhadores protegidos + trabalhadores sem carteira + conta-própria + empregadores)

Tabela III – Taxa de Desemprego*

1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
7,2	6,8	6,7	7,6	8,5	9,7	10,4	10,0	9,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1992 a 2002.

* Pessoas de 10 anos e mais de idade, desocupadas na semana de referência em relação à PEA.

Tabela IV – Composição do PIB sob a Ótica da Renda

	<i>Remuneração dos Empregados</i>	<i>Rendimento dos Autônomos</i>	<i>Excedente Operacional Bruto</i>	<i>Impostos Líquidos de Subsídios sobre a Produção e a Exportação</i>
1992	44	6	38	12
1993	45	6	35	13
1994	40	6	38	16
1995	38	6	40	16
1996	39	6	41	15
1997	37	6	43	14
1998	38	6	42	14
1999	38	6	41	16
2000	38	5	41	16
2001	37	5	41	17
2002	36	5	42	17

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

As variações nesses fatores são decorrência de transformações na economia ao longo da década de 90. A abertura da economia, que se intensifica nessa década, expõe as empresas brasileiras à competição com produtos importados, em geral de melhor qualidade e com preços competitivos – principalmente após a sobrevalorização da moeda nacional em 1994. Diante de tais circunstâncias, as empresas nacionais são levadas a um processo de reestruturação que objetiva aumentar sua competitividade. As empresas que conseguem sobreviver à concorrência externa são justamente aquelas que passam por esta reestruturação, modernizando sua produção e obtendo ganhos de produtividade. Ocorre no período um aumento dos processos de fusões e aquisições, como consequência da absorção

de unidades produtivas que não conseguem vencer a maior concorrência por outras mais bem sucedidas e também de uma busca por parte das empresas por obter economias de escala, com vistas a viabilizar novos investimentos (Baltar, 2003; Sant’Anna, 2003).

“...a abertura econômica, embora tenha trazido benefícios para os consumidores e para a eficiência produtiva, não logrou êxito no que diz respeito à distribuição de renda. Há que ressaltar que os próprios ganhos de produtividade têm responsabilidade direta sobre a deterioração distributiva. Afinal, em uma economia com pouco crescimento, como foi a brasileira na década passada, e com altos ganhos de produtividade, a tendência é a geração de um grande número de desempregados, reduzindo, pois, a massa de salários dos trabalhadores. Ademais, se aqueles ganhos não forem repassados aos trabalhadores, isto significa um aumento do *mark up*, e, portanto, a parcela dos lucros na renda tende a aumentar ainda mais.” (Sant’Anna, 2003: 46.)

A partir desta passagem de Sant’Anna, notamos que o processo de reestruturação da economia brasileira teve implicações sobre diversos fatores que, por sua vez, afetaram a distribuição de renda. Primeiramente, é importante mencionar que houve problemas na absorção da mão-de-obra – derivados de um aumento da produtividade num contexto de baixas taxas de crescimento econômico – já que a PEA cresceu num ritmo maior que a expansão do nível de ocupações. O resultado desses problemas de absorção foi um aumento nas taxas de desemprego e no nível de informalidade (Tabelas II e III).¹⁶

A reestruturação econômica também teve consequências sobre a parcela de salários no valor agregado, que foi drasticamente reduzida (Tabela IV). Tal redução ocorreu pelas seguintes vias: aumento do desemprego e da precarização do emprego; maior concentração industrial, derivada da intensificação do processo de fusões e aquisições; manutenção da taxa de juros em um patamar elevado, resultando em ganhos de capital para os detentores de ativos financeiros; e, principalmente, o extraordinário aumento de produtividade, sem o corresponde repasse para a massa salarial.

Ao ser constatado um aumento na desigualdade de renda entre os anos de 1992 e 2002, pôde ser comprovado que houve uma variação no sentido esperado dos fatores que foram supostos como seus determinantes: a taxa de desemprego e o nível de informalidade tiveram variação positiva e a participação dos salários na renda teve variação negativa.^{17, 18}

¹⁶ Ramos e Britto (2004: 12) mostram como a reestruturação econômica levou ao aumento do desemprego, pois as unidades produtivas, ao investirem em sua modernização, importaram novas máquinas e tecnologias, em geral, “poupadoras do insumo trabalho. O desaparecimento ou encolhimento das empresas que não conseguiam concorrer com os bens importados propiciou mais combustível ao incremento das taxas de desemprego.”

¹⁷ Com relação à decomposição do PIB sob a ótica da renda, é importante observar que, além de ter havido no período analisado uma redução na parcela dos salários e aumento do excedente operacional bruto, ocorreu também um aumento da participação dos impostos (tabela IV). O aumento da participação dos impostos no valor agregado poderia ter efeitos positivos, no sentido de uma redução na concentração, caso o sistema de taxação brasileiro fosse mais progressivo. No entanto, na realidade, observamos o oposto: um sistema altamente regressivo. Essa regressividade é consequência da expressiva evasão no pagamento de impostos

Isso nos leva a acreditar que a hipótese apresentada pelo modelo pode ser aceita como verdadeira.

IV.2.2 Uma Possível Reversão no Aumento da Concentração de Renda?

Também deve ser analisada, entretanto, a incipiente reversão no aumento da concentração de renda que começa a se verificar a partir de 1999, como pode ser observado na Tabela I. Com esta reversão, o valor do índice **C**, que em 1998 era de 13,2 em 2002 passa a ser 12,5. É importante, pois, verificarmos se os determinantes da distribuição de renda também passaram por uma alteração no sentido de suas variações, buscando entender como a redução da desigualdade pode se sustentar nos próximos anos para, com isso, atingir níveis substancialmente menores.

Contextualizando as mudanças na distribuição de renda e em seus determinantes no cenário econômico da década de 90 e nos anos subsequentes, é inevitável a associação entre o início da redução na desigualdade e a alteração na política macroeconômica ocorrida em 1999, quando o país passa a adotar o regime de câmbio flutuante e ocorre a desvalorização do Real. Devem, então, ser verificadas as implicações que teve a nova política econômica sobre os determinantes da distribuição de renda.

A participação dos salários no valor agregado manteve a trajetória de queda que se observava desde os primeiros anos do período analisado, sem haver nenhuma interrupção depois do ano de 1999. Portanto, esse fator não pode ser usado como explicação do início da diminuição no índice **C**.

Em relação aos outros dois fatores – nível de formalidade e taxa de desemprego – ainda em 1999 também não há uma mudança em seu sentido (Tabelas II e III). Todavia, eles começam a diminuir – também modestamente, como o nível de concentração de renda – nos primeiros anos da atual década. Mesmo as alterações não se dando imediatamente após a implementação do novo regime cambial, estas podem ser vistas como uma decorrência do mesmo. “A vinculação é clara: só com a adoção do câmbio flutuante, em 1999, passou a haver um efetivo crescimento da ocupação”.¹⁹ A abertura, somada à âncora

sobre rendas não-salariais e também do enorme peso dos impostos indiretos – estes afetam mais, em termos relativos, a parcela mais pobre da população, que gasta todos os seus rendimentos no consumo. Portanto, devemos concluir que o aumento da parcela dos impostos na renda foi um dos fatores que contribuiu para o aumento da concentração observado no período.

¹⁸ O único fator para o qual – dado que sabemos que a concentração de renda aumentou – não havia um sentido esperado para sua variação, é o preço relativo dos produtos agrícolas, em razão da ambigüidade de sua possível influência líquida.

¹⁹ Ramos e Britto (2004: 5).

cambial, limitava o raio de manobra das empresas brasileiras. A adoção do câmbio flutuante e a rápida deterioração da taxa de câmbio que se seguiu trouxeram um alívio aos produtores nacionais. O “efeito retardado” se justifica pela incerteza gerada por uma mudança no regime cambial, que inibe o aumento dos investimentos e do emprego. “Com o passar dos meses, contudo, os sobressaltos diminuíram e, no final de 1999, mais especificamente a partir de novembro, teve início um novo período de grande geração líquida de postos de trabalho, que perdurou por um ano: entre novembro de 1999 e outubro de 2000 o nível de emprego cresceu quase 1 milhão, ou seja, basicamente o mesmo que nos dois anos e meio que se sucederam ao Plano Real”.²⁰

A queda da taxa de desemprego não foi tão expressiva quanto o aumento do número de postos de trabalho, devido a um crescimento da PEA em ritmo maior que o crescimento demográfico. No entanto, Ramos e Britto (2004: 11) afirmam que é necessário reduzir a importância que é dada à taxa de desemprego nas análises de mudanças no mercado de trabalho. Nas palavras dos autores:

“A taxa de desemprego, na verdade, é fruto da dinâmica de outros dois indicadores relevantes — o nível de ocupação e a taxa de participação —, que constituem, respectivamente, a demanda e a oferta de mão-de-obra. (...)

Os indicadores ocupação e taxa de participação são pró-cíclicos. A ocupação é um indicador que, em geral, é mais sensível às mudanças de conjuntura do que a taxa de desemprego. Ela reflete a reação do empresariado com uma defasagem menor do que a taxa de desemprego. Isso porque um cenário favorável propicia um incremento do investimento empresarial, mas incentiva de igual forma os trabalhadores que estavam afastados do mercado de trabalho por desalento a voltarem a ofertar a sua força laboral. Algumas vezes, uma mudança favorável de cenário pode ser acompanhada por um incremento da taxa de desemprego em função da redução do desalento”.

Portanto, o expressivo aumento da taxa de ocupação e a menos expressiva redução das taxas de desemprego e informalidade podem ser considerados variáveis chave para o início de uma redução da concentração de renda, que compensaram o efeito negativo de uma queda da parcela dos salários no PIB. A melhora continuada desses indicadores pode, inclusive, ter efeitos sobre a distribuição funcional da renda, ao influenciar positivamente o poder de barganha dos trabalhadores. Para que este círculo virtuoso venha a ocorrer é imprescindível a retomada de um crescimento econômico sustentado, a taxas mais significativas que as verificadas nas últimas duas décadas.

Percebe-se, assim, a falha do recorrente argumento, usado pela corrente de pensamento dominante nos estudos do tema em questão, de que a via da redução nas

²⁰ Idem. Os autores fazem a análise da evolução dos indicadores do mercado de trabalho com base na PME, portanto os números por eles citados se referem às seis regiões metropolitanas cobertas pela pesquisa – Rio

desigualdades é a mais eficaz – se comparada ao aumento do ritmo de crescimento econômico – para se reduzir o número de pobres no país. Não se pode separar o fenômeno do crescimento e o do aumento da justiça distributiva, como se fossem processos estanques, que não se influenciam mutuamente.

IV.2.3 Observações Adicionais ao Modelo

Um fator ainda não comentado que, apesar de não fazer parte do modelo utilizado por Lopez (2004), não pode ser esquecido no estudo da distribuição de renda no Brasil, foi o expressivo aumento – em quantidade e valor – dos benefícios previdenciários concedidos, em especial para a população rural, no período em questão.²¹ A concessão de benefícios pela previdência rural é vista como um mecanismo eficaz para melhorar as condições de reprodução econômica e combater a pobreza no campo. O benefício pode atuar como: “seguro de renda vitalícia, situação na qual responde por praticamente toda a renda domiciliar, ou como seguro agrícola, fundamental nas estratégias de ampliação da renda rural, ou ainda como um gerador de uma renda extra de subsistência”.²²

Como grande parcela da população pobre do país se encontra nas áreas rurais²³, a magnitude do potencial de tais benefícios na redução da pobreza e das desigualdades não pode ser menosprezada. Delgado e Cardoso Jr. (2000: 66), com base em uma pesquisa realizada no ano de 1998²⁴, mostram que o benefício previdenciário representa, no mínimo, 70% da renda domiciliar para as famílias situadas na faixa de renda de zero a três salários mínimos e é componente relevante da renda total mesmo para aquelas famílias situadas em faixas superiores de renda. Além das vantagens criadas por características dos pagamentos previdenciários como “a regularidade, a segurança e a liquidez monetária”, que permitem que os mesmos desempenhem “um papel expansivo não desprezível na capacidade de financiamento das estratégias familiares de sobrevivência nas zonas rurais e micro-urbanas”.²⁵

de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador – que respondem por pouco mais de 40% da força de trabalho brasileira.

²¹ Não cabe aos objetivos desse artigo um estudo aprofundado do sistema de previdência rural no Brasil, portanto será feita apenas uma breve exposição, tendo por base o trabalho de Delgado e Cardoso Jr. (2000), da importância desse sistema para a população pobre do campo, para que se compreenda seu potencial na redução da concentração da renda no país.

²² Delgado e Cardoso Jr., 2000: 66-67.

²³ Como visto, de acordo com a metodologia de Quadros (2004), cerca de 30% dos indigentes do Brasil em 2002 desenvolviam atividades ligadas à agricultura.

²⁴ Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural – Fase II, 1998.

²⁵ Delgado e Cardoso Jr., 2000: 69.

Para enfatizar a magnitude do efeito da previdência rural para os seus beneficiários, os autores fazem uma comparação entre esses e os que não têm acesso às aposentadorias e pensões. Estabelecendo uma linha exógena de pobreza, de meio salário mínimo domiciliar per capita, a proporção de domicílios que se encontra abaixo dessa linha é de 14,3% no Sul e 38,1% no Nordeste, no caso dos beneficiários da previdência rural. Já para aqueles que não recebem qualquer benefício, a porcentagem de pobres sobe para 18,9% na região Sul e 51,5% na Nordeste.²⁶

Após essa análise do impacto da previdência rural sobre a pobreza no Brasil, podemos concluir que o expressivo aumento em volume e quantidade dos benefícios concedidos pelo sistema previdenciário, ocorrido nos últimos anos do período analisado (Tabela V), deve ser um dos fatores que influenciou a redução na concentração observada, podendo, portanto, ser incluído no modelo utilizado para analisar a distribuição de renda no Brasil.

Tabela V – Benefícios Concedidos pelo Sistema Previdenciário Brasileiro

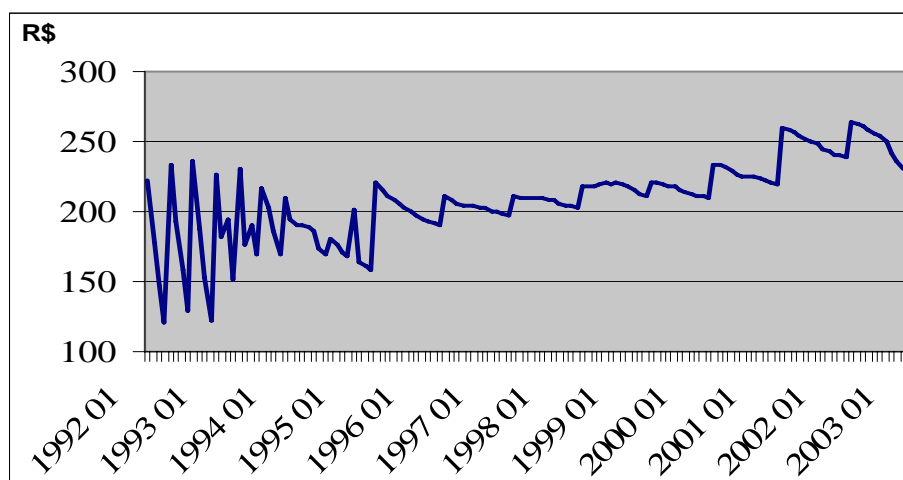
Clientela	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Ano	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Valor (R\$ mil)	Valor (R\$ mil)	Valor (R\$ mil)
1992	1.189.945	797.185	1.987.130	295	122	417
1993	1.320.883	1.124.682	2.445.565	6.344	2.507	8.852
1994	1.462.723	618.430	2.081.153	189.176	29.713	218.889
1995	1.587.261	339.517	1.926.778	397.707	32.442	430.149
1996	1.822.004	357.871	2.179.875	497.153	40.806	537.960
1997	1.904.647	452.305	2.356.952	613.542	56.230	669.772
1998	1.746.455	600.362	2.346.817	574.660	80.038	654.699
1999	1.571.965	678.766	2.250.731	518.838	94.998	613.836
2000	1.931.342	1.017.807	2.949.149	740.634	155.902	896.536
2001	1.844.854	1.011.480	2.856.334	792.654	177.962	970.616
2002	2.642.182	1.225.382	3.867.564	1.225.065	243.292	1.468.357

Fonte: MPAS

Outro fator que deve ser incorporado ao modelo, na busca por seu aperfeiçoamento, é a evolução do salário mínimo real. Como comentado na seção II, os autores estruturalistas destacam a importância do salário mínimo na determinação da taxa de salários da economia e na conformação das rendas do trabalho não-qualificado, principalmente em economias atrasadas, como a brasileira.

²⁶ Idem: 77-78.

Gráfico I – Salário Mínimo Real



Fonte: IPEADATA

A constatação da importância do aumento dos benefícios concedidos pelo sistema previdenciário na melhoria dos rendimentos dos mais pobres reforça o papel do salário mínimo na determinação dos padrões distributivos brasileiros. Isto ocorre porque o salário mínimo é o piso para os benefícios do sistema previdenciário. Assim, um aumento em seu valor real, além de influenciar as remunerações do setor informal e, mais diretamente, dos trabalhadores formais de menor qualificação, afeta diretamente as remunerações dos aposentados e pensionistas. Como pode ser observado no gráfico I, há uma trajetória crescente no valor real do salário mínimo, que se inicia em 1998. Essa trajetória, pelos motivos já explicitados, influenciou positivamente a renda dos décimos inferiores da população, podendo ser considerada um dos motivos da redução na concentração observada entre 1998 e 2002.

V. CONCLUSÃO

O presente artigo mostrou a importância da incorporação das características específicas das economias latino-americanas para interpretar as causas da persistência, nas mesmas, de níveis extremamente elevados nos índices de desigualdade de renda.

O estudo da distribuição pessoal da renda, centrado na dotação individual de recursos, com especial destaque para os educacionais – enfoque da visão dominante a respeito do tema, nos dias de hoje –, se mostra falho ao não incorporar em suas análises as especificidades de economias subdesenvolvidas, como o Brasil e os outros países da América Latina. Mostramos nesse artigo que, como uma das mais importantes

peculiaridades, temos o fato de, historicamente, ter se formado na economia brasileira – bem como nas economias latino-americanas em geral – um excedente estrutural de mão-de-obra, formado por uma massa heterogênea de indivíduos inimpregáveis, precariamente empregados, auto-empregados, que buscam uma remuneração maior do que aquela oferecida pelo mercado de trabalho organizado etc. Indivíduos que, em geral, estão marginalizados do núcleo do sistema capitalista de produção e, ao mesmo tempo, influenciam negativamente os salários daqueles que fazem parte desse sistema. Assim, a taxa de salário de base no Brasil atinge patamares extremamente baixos, o que contribui para a redução da parcela dos salários no produto total da economia.

Portanto, o aumento do número de anos de estudo da população não contribuiria, por si só, para a redução das desigualdades no país, podendo inclusive haver uma “desqualificação educacional”. Sem um correspondente aumento do nível de emprego, redução do nível de informalidade, aumento do salário mínimo real, uma população mais qualificada não conseguiria se inserir dignamente no mercado de trabalho. Para que essas condições se verifiquem é imprescindível a retomada do crescimento sustentado do PIB.

Por essas constatações, optou-se neste artigo por usar a abordagem estruturalista para interpretar as mudanças recentes – e pouco expressivas, por manter a desigualdade em patamares muito elevados – na distribuição de renda no Brasil. Ao incorporar as especificidades das economias latino-americanas, incluindo aí a economia brasileira, o modelo de Lopez (2004) mostrou-se adequado para ser aplicado no estudo em questão, o que pôde ser confirmado empiricamente. Assim, acreditamos que seu modelo pode ser adotado nos países da América Latina para análises mais detalhadas dos determinantes da distribuição de renda e das políticas econômicas a serem implementadas para reduzir sua concentração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALTAR, P. E. de A. *Salários e Preços: esboço de uma abordagem teórica*. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, 1985.

BALTAR, P. E. de A. *O Mercado de Trabalho no Brasil dos Anos 90*. Tese de Livre Docência. UNICAMP, Campinas, 2003.

BARROS, R. P. de, MENDONÇA, R. “Os Determinantes da Desigualdade no Brasil”. *Texto para Discussão*, nº 377. Rio de Janeiro. IPEA, 1995.

DELGADO, G. e CARDOSO JR., J.C. “Condições de Reprodução Econômica e Combate à Pobreza”. Em: G. Delgado e J. C. Cardoso Jr. (Orgs.), *A Universalização de Direitos Sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90*. Brasília. IPEA, 2000.

LOPEZ, J. *Income Distribution in Latin America*, 2004 (mimeo).

MEDEIROS, C. “Desenvolvimento Econômico, Distribuição de Renda e Pobreza”, Em J. L. FIORI e C. MEDEIROS (Orgs.), *Polarização Mundial e Crescimento*. Petrópolis. Vozes, 2001.

_____. “Distribuição de Renda como Política de Desenvolvimento”, Em A. C. CASTRO (Org.), *Desenvolvimento em Debate: Painéis do Desenvolvimento Brasileiro II*. Rio de Janeiro. Mauad: BNDES, 2002.

QUADROS, W. *O Mapa da Evolução de Classes Sociais do Brasil Contemporâneo*, 2004 (mimeo).

QUADROS, W. e MAIA, A. G. “Nota Metodológica número 2: A Estrutura Sócio-ocupacional Familiar.” Em CESIT/IE-UNICAMP, *Estrutura Sócio-ocupacional Brasileira: Notas Metodológicas*, 2004 (mimeo).

RAMOS, L., BRITTO, M. *O Funcionamento do Mercado de Trabalho Metropolitano Brasileiro no Período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais*. IPEA: TD n. 1011. Rio de Janeiro. 2004.

SANT’ ANNA, A. A. *Distribuição Funcional da Renda e Crescimento Econômico na Década de Noventa: uma aplicação do modelo departamental de Kalecki*. Rio de Janeiro. UFRJ, 2003. (Dissertação de Mestrado)

SOUZA, P. R. C. *Salário e Emprego em Economias Atrasadas*. Campinas. UNICAMP/IE, 1999. (Coleção Teses)

TAVARES, M.C. *Problemas de Industrialización Avanzada em Capitalismos Tardios y Periféricos*. Rio de Janeiro. UFRJ/ Instituto de Economia Industrial, 1986.